

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA GUARDA

setembro 2014
Trimestral
Distribuição gratuita



Entrevistas

**Jorge Fonseca Provedor da
Santa Casa da Misericórdia** ■ Pág. 3

**D. António Moiteiro Ramos,
Bispo de Aveiro** ■ Pág. 24

Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda 2012-2014

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

João Inácio Monteiro (Irmão n.º 564) - Presidente
Joaquim Belo **Rafael** (Irmão n.º 23)
Manuel Batista **Rodrigues** (Irmão n.º 487)
Manuel Alberto **Pereira de Matos** (Irmão n.º 589)
Carlos Jorge dos Santos **Videira** (Irmão n.º 21)
Inácio Fernandes **Vilar** (Irmão n.º 567)

MESA ADMINISTRATIVA

Jorge Manuel Monteiro da **Fonseca** (Irmão n.º 396) - Provedor
José **Alexandre** Gomes da Silva **Branco** (Irmão n.º 381)
João Manuel Costa do Rosário **Bandurra** (Irmão n.º 563)
Henrique Jose Batista Pissarra **Monteiro** (Irmão n.º 378) – Vice Provedor
Amílcar de Jesus **Amaral** (Irmão n.º 671)
Francisco José Cerdeira **Filipe** (Irmão n.º 824)
Marisa Santiago dos **Santos** (Irmã n.º 722)
Maria de **Lurdes Saavedra** Ribeiro (Irmã n.º 820)
José António Barros **Alves** (Irmão n.º 611)

CONSELHO FISCAL (Definitório)

Orlando Manuel Jorge **Gonçalves** (Irmão n.º 815) - Presidente
António Alexandre Martins da **Costa** (Irmão n.º 546)
António Júlio Gonçalves dos **Santos** (Irmão n.º 814)
José Carlos Travassos **Relva** (Irmão n.º 668)
Maria **Olímpia** Gomes **Vieira** (Irmã n.º 421)
Ricardo Manuel Oliveira Gil **Malcatanho** (Irmão n.º 698)

Ficha Técnica | Revista Trimestral

Propriedade: Santa Casa da Misericórdia da Guarda, Rua Francisco dos Prazeres, 7 - 6300-690 Guarda, Telf. 271 232 300, scmgnoticias@gmail.com; **Direção:** Mesa Administrativa; **Coordenação:** Teresa Gonçalves;

Capa: Fachada do Edifício da Unidade de Cuidados Continuados.

Execução gráfica: Marques & Pereira, Lda.; **Depósito Legal:** 372896/14; **Tiragem:** 1000 exemplares.

A opção da grafia, observando ou não as regras do novo acordo ortográfico é inteiramente da responsabilidade dos autores dos textos.

Jorge Fonseca

Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Dados pessoais/profissionais

Nome completo: Jorge Manuel Monteiro da Fonseca

Idade: 67 anos

Naturalidade: Rochoso, Guarda

Profissão: Advogado. Iniciou estágio em 1975, inscreveu-se na Ordem em 1977, advogando, desde essa altura. É o Advogado (no activo) mais antigo na Comarca e durante cerca de 12 anos foi presidente da Delegação da Ordem.

Outras actividades: Leccionou (além de outras) disciplinas de natureza jurídica, na antiga Escola Comercial e Industrial da Guarda e no ISACE (Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa –Guarda), tendo antes leccionado Português e Francês na Escola do Ciclo Preparatório do Sabugal, onde foi, durante alguns anos, presidente da Comissão Administrativa. É desde o ano 2000, Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Passatempos: O escritório de Advocacia, a Misericórdia e a Família ocupam, praticamente, o tempo; o pouco tempo livre é preenchido por leituras, telejornais, um ou outro programa da RTP 2 e de alguns canais temáticos (História, Civilização, Discovery) e um ou outro filme, sobretudo “de autor”. Uma das “tarefas” que mais aprecia nos últimos tempos é brincar com o neto de 16 meses. Sente-se feliz por ser avô.

Quando e de que forma surgiu a sua ligação à Santa Casa da Misericórdia da Guarda?

JF: A ligação ocorreu por acaso (se há acasos na vida); um Colega de profissão e amigo – Dr. Martins Igreja (que muito prezo) sugeriu, ao então Provedor, Dr. Francisco Bigotte (já desaparecido e a quem a Misericórdia muito deve), o meu escritório para tratamento de assuntos de trabalho que, no momento, preocupavam a Misericórdia. No estreito relacionamento com o Dr. Bigotte apercebi-me da natureza e objectivos das Misericórdias, tendo sido ele que, generosamente, me “empurrou”, primeiramente para Mesário e, depois, para Provedor da Misericórdia da Guarda.

Já soma quantos mandatos como Provedor à frente dos destinos da Misericórdia?

JF: Salvo erro, tomei posse, como Provedor (no primeiro mandato), em Janeiro ou Fevereiro de 2000, sendo o Dr. Bigotte Presidente da Mesa da Assembleia Geral; vão, portanto, 5 mandatos.

Qual é o principal papel de um Provedor? Quem se pode candidatar?

JF: De acordo com o Compromisso (Estatutos) da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, qualquer Irmão se poderá candidatar a Provedor ou a outro qualquer cargo da Instituição.

O órgão que administra a Santa Casa da Misericórdia é a Mesa Administrativa constituída por 7 Irmãos efectivos e 3 suplentes, encontrando-se a gestão das diversas Valências distribuída por estes Irmãos; assim, o papel do Provedor é representar e coordenar a Mesa Administra-



“A Mesa Administrativa irá apostar na requalificação dos Lares na Guarda e na Vela, empreendimento que implicará vários milhões de euros e só possível se o Estado aprovar os projectos que se encontram em fase de elaboração(...)”

tiva e coordenar a equipa administrativa que o coadjuva (Secretária Geral, Coordenadora das Valências, Directoras de cada uma das Valências). A Misericórdia tem hoje cerca de 200 trabalhadores e a respectiva gestão implica a movimentação de muitos milhares de euros e seria louco o Provedor que quisesse gerir, directamente, esta instituição sem uma equipa profissionalizada. Mais do que uma visão dos problemas do dia a dia da instituição, o Provedor tem de ter uma visão global da sua gestão e, juntamente com toda a Mesa Administrativa, tentar geri-la como se fosse uma empresa, obviamente sempre sem esquecer a sua especial natureza e objectivos que mais não são que a concretização das “Obras de Misericórdia”, materiais e espirituais.

Concorda que os Provedores continuem a desempenhar funções de forma voluntária e a tempo parcial, ou dado o grau de exigências (cada vez maior) a que as Misericórdias estão obrigadas (com uma crescente oferta de serviços à comunidade), o Provedor deverá ser um profissional como outro na Instituição, numa vertente mais Empresarial?

JF: Continuo (e continuarei) a defender que os Provedores e, em geral, todos os órgãos das Misericórdias e seus titulares (Mesa da Assembleia Geral e Definitório ou Conselho Fiscal) deverão exercer as respectivas funções em regime gratuito e de voluntariado; assim tem sido e espero que assim continue a ser.

Falemos do papel da Irmandade da Misericórdia. Quem são e o que re-

presentam na Instituição, os Irmãos? Quem pode ser Irmão e que contributo pode dar?

JF: A Irmandade desta Santa Casa da Misericórdia é constituída por todos os Irmãos com inscrição em vigor. Devo dizer que gostaria de ver as Assembleias Gerais (em princípio, duas por ano) mais concorridas, com os Irmãos a intervir mais, com sugestões e críticas construtivas ao funcionamento dos órgãos, nomeadamente à gestão da Instituição pela Mesa Administrativa.

Tendo em conta as diversas valências da Santa Casa da Misericórdia, quais são neste momento as que merecem maior preocupação e intervenção?

JF: A Mesa Administrativa irá apostar na requalificação dos Lares na Guarda e na Vela, empreendimento que implicará vários milhões de euros e só possível se o Estado aprovar os projectos que se encontram em fase de elaboração; sem tal requalificação, os Lares não obedecerão (como de resto acontece com a maioria dos Lares das Misericórdias e de outras IPSS) às legais exigências; é evidente que, mesmo com a colaboração do Estado, a percentagem de contribuição da Misericórdia para a dita requalificação, dados os elevados valores envolvidos, pressupõem a ajuda dos Irmãos da Misericórdia e do público da cidade e do Concelho. A Misericórdia tem, neste momento, uma pequena “almofada” que lhe permitirá negociar com a Banca, mas, obviamente, não dispõe de cerca de um milhão e meio de euros, quantia que representará a comparticipação da Misericórdia na requalificação dos dois Lares (se, como disse, os projectos merecerem a aprovação do Estado).

Que outras dificuldades/fragilidades são sentidas pela Misericórdia da Guarda para manter o bom funcionamento de todas as valências?

JF: De destacar que a instituição continua a manter a Creche/Jardim de Infância e o Conservatório de Música de S. José, não obstante o prejuízo que ambas representam para a Misericórdia; esperamos que os poderes público e autárquicos (com quem estamos a colaborar

intensamente) saibam reconhecer este esforço.

A realidade da Guarda não foge muito da realidade de outras cidades onde existem Misericórdias: durante algum tempo (e honra seja feita à Câmara presidida pela Dra. Maria do Carmo), o prejuízo do nosso Conservatório de Música foi sendo minorado pelo subsídio de 4.500 contos anuais que fomos recebendo. A Câmara seguinte “esqueceu-se” do Conservatório, a não ser para pedir colaboração para, gratuitamente, abrilhantar eventos. Estamos convencidos de que a actual Câmara (com quem, repito, estamos a colaborar intensamente) não confundirá o nosso Conservatório com qualquer grupo de Bairro (e todos nos merecem respeito) e reconhecerá o respectivo nível e a mais-valia que traz para a cidade, a região e o país.

Na sua opinião as Misericórdias devem ser olhadas (por quem de direito) da mesma forma, ou devem existir diferenças?

JF: As Misericórdias são todas iguais e todas diferentes. Todas visam pôr em prática as “Obras de Misericórdia” ajudando quem necessita. O caminho para atingir tal desidério é que varia. Há Misericórdias com vasto património, essencialmente fruto de doações de pessoas generosas; claro que lhes é mais fácil desenvolver as suas acções de solidariedade. Há outras que são pequenas Misericórdias, com poucas Valências, mas também com muitas dificuldades económicas e que dificilmente se mantêm. Há várias no Distrito. Há ainda outras que, fruto de gestão ruínoza, estão em risco de insolvência; infelizmente também existem no Distrito e em Distritos contíguos. A maioria é como a nossa: fruto de uma gestão prudente, vão ajudando, na medida do possível, quem necessita, sem alarde e com realismo, sempre sem perder de vista, por um lado, a crise sócio-económica que vivemos e, por outro, a gestão sustentável da instituição.

Da sua experiência como Provedor, o que tem mudado na vida das Misericórdias?

JF: Hoje as cerca de 400 Miseri-

córdias portuguesas constituem um mundo de solidariedade social; se, de repente, se extinguissem, seria o colapso social, considerando os Lares e Centros de Dia que gerem, o Apoio ao Domicílio que prestam, as Unidades de Cuidados Continuados e Hospitais que mantêm, o Plano de Emergência Alimentar em que colaboram, as Escolas Artísticas que criaram e que complementam as Escolas Públicas, o Património Artístico que continuam a salvaguardar, os serviços que prestam aos defuntos e suas famílias, as Unidades de Deficientes Profundos que oferecem vida digna a tantos que se encontravam, tantas vezes, sem assistência

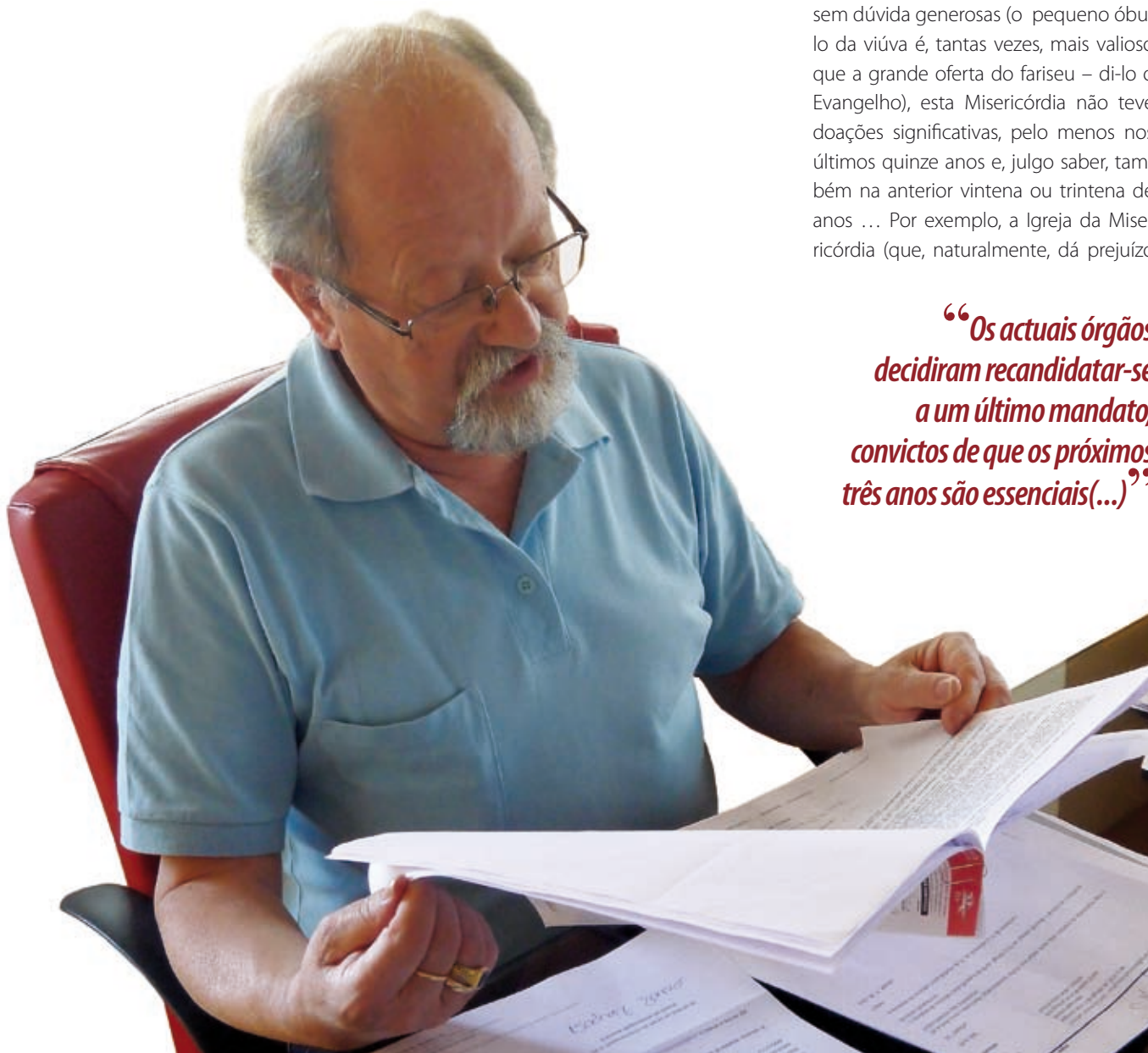
condigna, sendo de destacar os Centros (da responsabilidade directa da União das Misericórdias) Luís Silva (Borba), Stº Estêvão (Viseu), João Paulo II e Bento XVI (Fátima). Diria que o papel das Misericórdias e a sua organização (União das Misericórdias Portuguesas) mudaram completamente, para melhor, com as equipas lideradas pelo anterior Presidente do Secretariado Nacional (Padre Melícias) e com o actual (Dr. Manuel de Lemos) que, graças ao saber, experiência e prestígio social, souberam guindar as Misericórdias a um patamar nunca alcançado, sendo hoje indispensáveis parceiros dos Governos (seja qual for a ideologia política) e

do Poder Autárquico.

Olhando para a realidade mais próxima, como se encontra a “saúde financeira da Instituição?”

JF: A Misericórdia da Guarda é, entre as congéneres, uma Instituição de média dimensão. A gestão tem sido rigorosa: de outro modo, só com as comparticipações do Estado e dos utentes e residentes, já teria fechado. Já lá vai o tempo de generosas doações patrimoniais que caracterizaram algumas décadas da 1ª metade do século XX e séculos anteriores. A crise económica atingiu as pessoas e as instituições. E, tirando, pequenas doações (um televisor, uma cadeiras de rodas, a vestimenta de uma imagem religiosa...), sem dúvida generosas (o pequeno óbulo da viúva é, tantas vezes, mais valioso que a grande oferta do fariseu – di-lo o Evangelho), esta Misericórdia não teve doações significativas, pelo menos nos últimos quinze anos e, julgo saber, também na anterior vintena ou trintena de anos ... Por exemplo, a Igreja da Misericórdia (que, naturalmente, dá prejuízo

“Os actuais órgãos decidiram recandidatar-se a um último mandato, convictos de que os próximos três anos são essenciais(...).”



em todos os exercícios) tem sido sujeita a obras para aumentar o conforto de quem a frequenta: as ofertas, no ofertório das Missas, ou outras, não só não aumentaram como têm vindo a diminuir.

As actuais valências, nas diversas áreas conseguem dar as respostas necessárias? Alguma área que queira destacar?

JF: Julgo que as Valências da Misericórdia estão a dar à cidade e ao concelho, as respostas possíveis e, quase sempre, as respostas necessárias; e, se há alguma falha (e há), deve-se à falta de meios. Pela eficiência e excelência dos serviços prestados, destacaria a Unidade de Cuidados Continuados (R. Dr. Francisco dos Prazeres), mas sem esquecer a Creche/Jardim de Infância, ATL, Conservatório de Música, Lares e Centros de Dia, Farmácia, Igreja, Cantina Social, Casa Mortuária e Clifig (Clínica de Fisiatria da Guarda, instalada nas antigas Urgências do Pavilhão Gulbenkian e onde a Misericórdia detém uma quota significativa).

Quais os Projectos concretizados recentemente e que merecem destaque?

JF: No dia 12 do presente mês de Setembro, completámos um processo de racionalização da confecção e fornecimento de refeições: passámos a fornecer os almoços ao Lar na Guarda; assim, neste momento, a Cozinha Central fornece cerca de 600 almoços e 250 jantares diários a todas as Valências da Misericórdia, o que implicou uma completa reestruturação dos recursos humanos afectos às cozinhas (nas Valências, estas passarão a funcionar, essencialmente, como copas para fornecimento de pequenos almoços, lanches e sobremesas). Por outro lado, a Lavandaria Central, está a lavar 77.000 kgs/ano, passando, por ali, toda a roupa de todas as Valências. E, como disse, a atenção e esforços da Mesa Administrativa vão concentrar-se na requalificação dos dois Lares, hoje absolutamente indispensável e do edifício da Creche/Jardim de Infância, onde, por iniciativa própria, acabamos de retirar o telhado, substituindo-o por um novo.

Muito se tem falado no crescimento da Economia Social. O que tem a

dizer. As Misericórdias têm nesta área situação privilegiada?

JF: Julgo que, se as Misericórdias têm posição não digo privilegiada mas especial, é por os Governos se terem vindo a aperceber da existência do Sector Social (nem Público, nem Privado) que, com a sua experiência de mais de cinco séculos, sabem como dar mais proximidade e carinho a idosos, crianças e doentes, coisas que fazem muito melhor que o Estado e as Autarquias, ademais a custos incomparavelmente mais baixos, sobretudo em relação aos doentes e aos Hospitais Públicos e Privados. Parceiros assim qualquer Governo desejará...

A nível Distrital, existe trabalho em rede? Existe colaboração entre as diversas Misericórdias?

JF: A União das Misericórdias Portuguesas, de cujo Secretariado Nacional é Presidente o Dr. Manuel de Lemos e Vice-Presidente o nosso conterrâneo Dr. Carlos Andrade, encontra-se representada, em todos os Distritos (e regiões autónomas) pelos Secretariados Regionais: no triénio em curso o Secretariado Regional da Guarda é constituído pelos Provedores



da Guarda, Gouveia (Eng. Manuel Maia) e Mêda (Prof. Anselmo Sousa).

Tendo em conta a História, qual o actual papel da Igreja nas Misericórdias? Que ligações se mantêm?

JF: As relações entre as Misericórdias e a hierarquia da Igreja Católica são boas, sobretudo depois da fixação de normas

de relacionamento entre a Conferência Episcopal e a União das Misericórdias. Nem podia ser de outro modo face à íntima ligação Igreja – Misericórdias devido à raiz e aos princípios cristãos (e católicos) que enformaram e enformam as Misericórdias desde a sua criação, até porque a Igreja sempre reconheceu autonomia administrativa e económico-financeira a tais instituições.

Quanto a nós não podiam ser melhores as relações com o nosso Bispo e a Diocese, sendo de ressaltar serem Irmãos da nossa Misericórdia o Sr. D. António Moiteiro (novo Bispo de Aveiro), o nosso Capelão e Vigário Geral Sr. Cónego Pereira de Matos (actual membro da Mesa de Assembleia Geral) e o Ecnómico da Diocese Sr. Cónego António Carlos.

Neste Outono (Novembro) há eleições para uma nova mesa administrativa. Vai candidatar-se a novo mandato como Provedor?

JF: Os actuais órgãos decidiram recandidatar-se a um último mandato, convictos de que os próximos três anos são essenciais para a requalificação dos edifícios da Creche/Jardim de Infância (já iniciada) e dos Lares (cujo levantamento topográfico decorre, com vista à apresentação de projectos ao novo Quadro Comunitário de Apoio).

A eventual apresentação de outra ou outras Listas às eleições seria positiva e representaria a vitalidade da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Guarda.

A Revista da Santa Casa da Misericórdia da Guarda foi sempre um desejo seu. Que importância dá a esta publicação?

JF: As Mesas Administrativas a que presidi, sempre evitaram fazer “publicidade” das suas actividades, mas houve irmãos que nos alertaram para a necessidade de informação. Esta é a razão essencial do aparecimento da revista. Por outro lado não podemos negar que o jornal oficial da Diocese se tem esquecido da nossa Misericórdia: mais uma razão para a sua publicação, que mais não visa que, informar os irmãos e o público em geral das actividades da Misericórdia da Guarda.

João Inácio Monteiro

Juiz Desembargador da Relação de Coimbra

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia

I. Os fins das irmandades da Misericórdia

II. Necessidade de revisão do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda

III. A importância da Assembleia Geral

Desde 2003 que venho fazendo parte dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, desempenhando o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, juntamente com os irmãos Joaquim Belo Rafael e Manuel Batista Rodrigues na qualidade de secretários.

As irmandades da Misericórdia, enquanto associações são instituições particulares de solidariedade social (IPSS), constituídas sem fins lucrativos, com o propósito de darem expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, pugnando designadamente pelos seguintes objectivos:

1. Apoio a crianças e jovens.
2. Apoio à família.
3. Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.
4. Protecção e promoção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.
5. Educação e formação profissional dos cidadãos.
6. Resolução dos problemas habitacionais das populações.

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda, enquanto irmandade da Misericórdia, rege-se na lei civil quanto à eleição e funcionamento dos órgãos sociais pelo DL 119/83, de 25/2, sendo uma associação constituída na ordem jurídica canónica

com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

Tratando-se de uma pessoa colectiva de utilidade pública, com objectivos de solidariedade social, consagrados nos art. 67.º, n.º 2, al. b), 69.º, 70.º, n.º 1, al. e), 71.º e 72.º, da Constituição da República Portuguesa, na prossecução dos seus fins altruístas, é obrigação do Estado dar-lhe apoio e proceder à fiscalização da sua actividade, nos termos do art. 63.º, n.º 5, da mesma lei fundamental.

As Misericórdias desempenham pois um papel muito importante, exercendo tarefas que caberiam ao próprio Estado, designadamente no âmbito da saúde, educação, cultura e solidariedade, servindo de apoio neste domínio à família, infância, juventude e terceira idade.

Por natureza e definição intrínseca as irmandades da Misericórdia associam leigos animados pela mesma fé e unidos pelos mesmos objectivos de testemunharem em colegialidade fraternalista, constituindo uma presença e uma força de esperança junto de todos os que precisam.

A assistência aos necessitados foi o princípio que norteou D. Leonor, esposa de D. João II, ao criar as Misericórdias, cujo Hospital Termal das Caldas da Rainha, fundado em 1498, contava com 100 camas para os pobres.

A obra a que deitou mão D. Leonor,



mostrou-se de particular importância no apoio aos mais necessitados, pois em 1525, data do seu falecimento, já contava com mais de 60 Misericórdias.

Por isso, D. Manuel I, constatando a sua importância e relevante papel que desempenhavam deu impulso às Misericórdias, que foram proliferando pelo país e se foram afirmando e desenvolvendo, substituindo-se ao próprio Estado em funções sobretudo de carácter social e de fomento de laços de solidariedade.

As Misericórdias continuam a desempenhar hoje um papel inestimável junto dos mais necessitados.

Contudo, tratando-se de instituições particulares de solidariedade social, sem fins lucrativos, actuando com especial vocação em paralelo com o Estado em diversos domínios, em prol de uma sociedade mais fraterna e mais solidária, tornou-se imperativo haver cada vez mais uma cuidada e específica regulamentação jurídica.

Em Novembro de 1976, foi criada a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

O fim da UMP é, de acordo com o art.

4.º dos respectivos Estatutos, ser o instrumento promotor, quer dos valores e actividade das Misericórdias Portuguesas na sociedade portuguesa, quer do movimento das Misericórdias no plano europeu, mundial e da cultura e civilização portuguesas e lusófonas.

Neste contexto, cabe à UMP ser o elemento chave da promoção das catorze Obras de Misericórdia em todas as Misericórdias Portuguesas assegurando a sua autonomia, e a sua identidade individual e colectiva e assumindo-se ao mesmo tempo como garante da orientação, coordenação, dinamização e representação das Santas Casas, pela via da defesa dos seus interesses, da organização de serviços de interesse comum e do fomento dos princípios que formaram a base cristã da sua origem e determinam o espírito solidário da sua acção, estimulando a fraternidade e desenvolvendo o seu bom relacionamento comum.

Os Estatutos da UMP e o DL 119/83, de 25/2, são pois os diplomas fundamentais que regulamentam na lei civil a actividade das Misericórdias, cujas revisões reclamadas desde os anos 80 se aguardam para breve.

Os instrumentos jurídicos que definem os fins e disciplinam o funcionamento dos órgãos sociais são essenciais para a vida de qualquer pessoa colectiva.

Os Estatutos ou Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda em vigor datam de 25/08/1981, aprovados

pelo Rev.mo Bispo da Guarda, D. António dos Santos, carecendo de revisão, essencialmente ao nível da eleição e funcionamento dos órgãos sociais, de forma a adequá-los em conformidade com o DL 119/83, de 25/2, que regulamenta as instituições particulares de solidariedade social.

Para o feito foi constituída uma comissão de revisão dos Estatutos, da qual me coube a presidência, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral e cujo projecto de alteração submetido a votação em sessão convocada para o efeito não obteve a aprovação de 25% do número de irmãos inscritos, residentes no concelho da sede, conforme exigência do art. 29.º, n.º 4 do Compromisso em vigor.

Dada a alteração em curso dos estatutos da UMP e do DL 119/83, de 25/2, aguarda-se a publicação de modo a comissão de revisão dos estatutos reiniciar os trabalhos e submeter à aprovação da Assembleia Geral novo projecto em conformidade com as alterações legislativas em curso.

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, são a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Definitório ou Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral, nos termos do art. 32.º, do actual Compromisso tem as seguintes competências:

a) Proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e

Definitório ou Conselho Fiscal.

b) Apreciar e votar orçamentos e contas de gerência.

c) Apreciar e votar as alterações do Compromisso.

d) Decidir os recursos interpostos das deliberações da Mesa Administrativa.

e) Autorizar a aquisição, a alienação e oneração de bens imóveis e de móveis com especial valor artístico ou histórico e a realização de empréstimos.

f) Deliberar sobre os casos omissos no compromisso.

A Assembleia Geral, constituída pela reunião dos irmãos, como bem se vê das suas competências, é o órgão máximo da instituição, a ela competindo designadamente aprovar a alteração dos Estatutos e submetê-los à apreciação do Rev.mo Bispo da Diocese da Guarda.

Precisamos de novo compromisso de forma a dotar a Santa Casa da Misericórdia de um instrumento jurídico adequado aos novos tempos.

A transparência, legalidade, objectividade e democraticidade de uma instituição particular de solidariedade social também se afere pelas normas que a regem.

É imperioso pois que todos os irmãos, quando convocados, se louvem no art. 9.º, n.º 1, do Compromisso e exerçam o direito (dever) de assistir, participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral é o espaço aberto à voz dos irmãos.



O Definitório ou Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia

O “*Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Guarda*”, aprovado pelo senhor Bispo da Guarda, D. António dos Santos, em 25 de Agosto de 1981, prevê a existência, como corpos gerentes da Irmandade, para além da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa, do Definitório.

O Definitório exerce, na Irmandade, as funções que em outras instituições cabem aos conselhos fiscais. Daí que, correntemente, os irmãos se referiram a este órgão como Conselho Fiscal.

Compete ao Conselho Fiscal, designadamente, apreciar e fiscalizar o funcionamento dos serviços administrativos; examinar e conferir os valores existentes nos cofres sempre que o considere oportuno; verificar os balancetes da Tesouraria quando o entender; dar parecer sobre qualquer problema que a Mesa Administrativa lhe propuser; apresentar à Mesa Administrativa qualquer sugestão que considere útil ao funcionamento dos serviços administrativos ou qualquer proposta que vise a melhoria do regime de contabilidade usado; apresentar no fim de cada exercício anual o seu parecer sobre o relatório e sobre as contas de gerência respectiva, para tudo ser apreciado, em conjunto pela Assembleia Geral; e, requerer a convocação da Assembleia Geral sempre que o considere conveniente.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efectivos e três suplentes e tem, pelo menos, uma reunião trimestral, da qual são lavradas actas em livro próprio.

Pode reunir desde que estejam presentes dois dos seus membros, sendo as suas decisões tomadas à pluralidade de votos.

A Santa Casa da Misericórdia da Guarda, para cumprimento do seu objectivo estatutário, tem actualmente ao seu serviço cerca de 180 funcionários e diversas valências, distribuídas no campo da cha-



mada segurança social e em sectores da saúde e da educação.

O Conselho Fiscal acompanha a evolução da actividade da Santa Casa, particularmente do seu estado financeiro, essencialmente através da análise e exame da documentação que vai recebendo da Mesa Administrativa, como sejam os seus relatórios de actividades, os balanços e as Demonstrações dos resultados por natureza das seguintes valências: Administração, Igreja da Misericórdia, Casa Mortuária, Farmácia, Unidade de Cuidados Continuados (convalescença, média duração e longa duração), Centro de Dia da Guarda, Centro de Dia da Guarda-Gare, Lar da Guarda, Lar da Vela, Creche e Jardim de Infância, Centro de Actividades de Tempos Livres e Conservatório da Música de São José da Guarda.

Quando entende ser relevante, o Conselho Fiscal pede esclarecimentos sobre a documentação analisada, seja sobre rendimentos, seja sobre gastos das valências, de modo a poder formular um juízo sobre as contas que lhe são apresentadas.

A contratação, por exigências legais,

de uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela Santa Casa da Misericórdia da Guarda, como entidade externa que é, com competência para rever legalmente as contas, auditar as contas e serviços, é uma mais valia para a instituição com que o Conselho Fiscal se congratula.

O ROC (Revisor Oficial de Contas) contratado efectuou já a certificação legal das contas da Santa Casa da Misericórdia da Guarda dos anos de 2012 e de 2013.

A transparência das contas e a transmissão de informação da real situação financeira da instituição aos irmãos, aos funcionários da Irmandade, aos utentes e ao público em geral (nestes tempos de graves dificuldades económico-financeiras porque passa o País que necessariamente se reflectem na difícil gestão das várias valências pela Mesa Administrativa), é o que fundamentalmente guia o Conselho Fiscal, em cumprimento do *Compromisso* da Irmandade.

■ Orlando M.J. Gonçalves
(Presidente do Conselho Fiscal da SCMG)

Juiz Desembargador da Relação de Coimbra

Rede de Cuidados Continuados

Funcionamento da Rede

Nacional de Cuidados Continuados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) constitui um novo modelo organizacional na prestação de cuidados, criado pelos ministérios da saúde, do trabalho e da solidariedade social (Dec. Lei.101/2006) e é formada por um conjunto de instituições públicas e privadas, que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social, que visam essencialmente promover a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situações de dependência e com perda de autonomia.

Atualmente, a RNCCI está implementada ao longo de todo o território de Portugal Continental, sendo a Santa Casa da Misericórdia da Guarda, pioneira no processo de implementação desta experiência.

O circuito de referência da RNCCI, assenta em níveis operacionais, correspondentes a Equipas de Gestão de Altas (EGA), Equipas Coordenadoras Locais (ECL) e Equipas Coordenadoras Regionais (ECR).

A articulação operacional da RNCCI é feita através de uma Plataforma Informática (Gestcare CCI) que permite agilizar todo o processo e tornar transparente todos os procedimentos.

O acesso à Rede é feito através das Equipas de Coordenação Local, que asseguram o acompanhamento e a avaliação das respostas a nível local, bem como a articulação e coordenação dos recursos e atividades, na sua área de incidência.

Processo de Sinalização para a Rede

Os utentes podem aceder à RNCCI, através de duas proveniências:

- Hospital do Sistema Nacional de Saúde (SNS)

que careçam de cuidados continuados integrados no pós alta, requer o envolvimento da equipa do respetivo serviço hospitalar onde o doente se encontra internado, a qual sinaliza à EGA essa necessidade.

A referência destes doentes, deve ser concretizada através da respetiva EGA, mediante proposta de ingresso à Equipa Coordenadora Local (ECL) da área de domicílio do doente (critério de proximidade).

Comunidade

A sinalização de doentes oriundos do domicílio, ou de outro local onde residam à data da referência, pode ser efetuada por qualquer profissional da área da saúde e/ou social, bem como por qualquer cidadão que identifique a necessidade de cuidados de saúde / apoio social de outrém.

Esta sinalização deve ser dirigida ao médico de família, enfermeiro ou assistente social do Centro de Saúde da área de domicílio do utente.

Após esta sinalização, a situação do doente identificado será avaliada pela equipa assistencial do Centro de Saúde, de forma a verificar se este possui necessidades de cuidados. Caso esta situação se confirme, poderá ser proposto o seu ingresso na Rede.

A referência de utentes para a Rede, a partir da comunidade, deverá ser efetuada pelo Centro de Saúde, através do seu Elemento Referenciador, Médico, Enfermeiro ou Assistente Social (para efeitos de referência, o Elemento Referenciador de um Centro de Saúde é equiparado à EGA de um Hospital).

A responsabilidade pelo ingresso da pessoa dependente na RNCCI, é da competência da Equipa Coordenadora Local (ECL), mediante um processo de referência próprio, como anteriormente foi descrito, com critérios específicos, cuja proveniência pode ser do Hospital ou Centro de Saúde, independentemente



Referênciação de Utentes e Ingresso na RNCCI

Um dos grandes desafios que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) enfrentou foi a capacidade de gerir com eficiência todo o processo, de forma a alcançar também a eficácia pretendida.

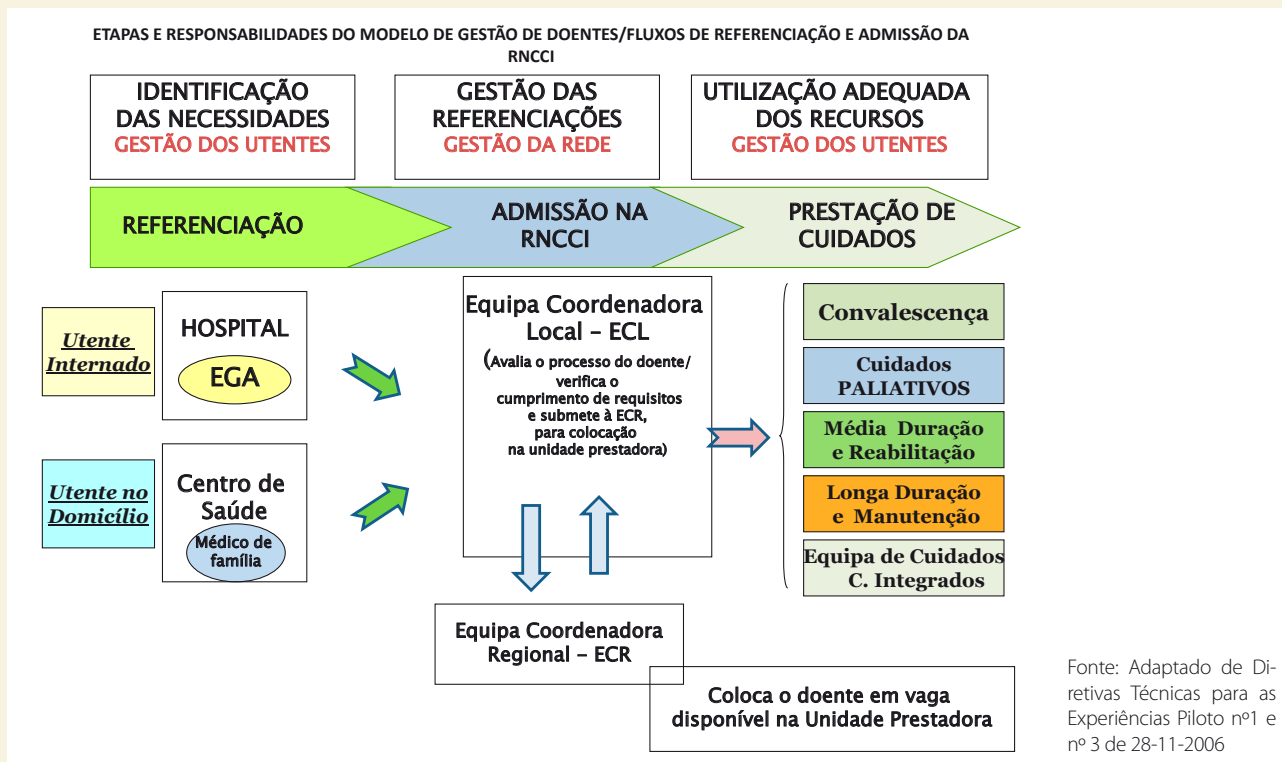
Foi definido um modelo de referência universal para a Rede, independentemente da tipologia em causa ser de internamento, de ambulatório ou domiciliária.

• Comunidade

Hospital do SNS

A referência para a RNCCI, quando o doente se encontra internado num hospital, será feita através da Equipa de Gestão de Altas (EGA), que é uma equipa multidisciplinar, com o objetivo de preparar e gerir a alta hospitalar do doente que requer seguimento dos seus problemas de saúde.

Assim, o planeamento da alta de doentes internados em Hospitais do SNS



da tipologia de cuidados ser de internamento, ambulatorio ou de apoio domiciliário. Para o efeito, cada ECL é responsável pela avaliação da situação de saúde e situação social do doente e pela verificação do cumprimento dos critérios de referenciação. Deverá ainda verificar-se em observância à preferência e ao critério de proximidade da área de domicílio do utente.

Para a admissão em Unidade/Equipa da Rede é necessário obter o prévio consentimento para tal, expresso por escrito, por parte do utente ou do seu representante.

Existem tipologias de internamento na Rede que obrigam à comparticipação no pagamento: Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM).

Assim, no caso da tipologia adequada ao utente obrigar ao apuramento de cálculo de comparticipação da Segurança Social, compete ao seu representante na ECL (técnico do serviço social), proceder à instrução do respetivo processo bem como garantir a obtenção da assinatura do Termo de Aceitação por parte do utente ou seu representante. Toda a documentação e processo, a nível social, que deve acompanhar a proposta de ad-

missão na RNCCI é preparada antecipadamente pela técnica superior de serviço social, podendo ser feita em articulação com os elementos da Equipa de Gestão de Altas (EGA).

Sendo detentora do número de vagas disponíveis nas Unidades/Equipas da região da área de domicílio, do utente, compete à Equipa Coordenadora Regional (ECR) alocar a vaga existente.

Existindo vaga numa Unidade de Internamento/Equipa na sua região, a ECR deve assegurar a articulação entre as Equipas Coordenadoras Locais (ECL's).

Após identificação da existência de vaga disponível, a ECL desenvolve todos os procedimentos para efetivar a colocação do utente.

Processo de Alta na RNCCI

A alta da Rede deve ser planeada desde o início da admissão do utente na Unidade / Equipa, devendo resultar obrigatoriamente da articulação prévia e conjunta entre a Unidade / Equipa responsável pela prestação de cuidados, a Equipa Coordenadora Local (ECL) da respetiva área e, quando aplicável, a ECL da área de domicílio do utente e estar substanciada em Nota de Alta.

Legislação de suporte:

Decreto-Lei 101/2006 de 6 de Junho
Critérios Gerais de Referenciação de Doentes para Unidades de Internamento, de Ambulatório e Equipas da RNCCI – Diretiva Técnica n.º 1/UMCCI/2008 de 07.01.2008;

Manual de Procedimentos de Referenciação – Diretiva Técnica n.º 3/UMCCI/2008 de 07.01.2008;

Manual de Planeamento e Gestão de Altas – Diretiva Técnica n.º 2/UMCCI/2008 de 07.01.2008;

Diretiva Técnica n.º 3/UMCCI/2009 - Modelo de Referenciação de Utentes

■ Ester Vaz

Enfermeira Supervisora da ULS da Guarda
Elemento da Equipa Coord. Local da RNCCI



Conservatório de Música de S

Curso de Teatro Musical

O Teatro Musical é uma forma de expressão artística com grandes tradições na Europa, nomeadamente em West End (Londres) e desde o século XX noutras partes do mundo, com realce para a Broadway (Nova Iorque), onde o teatro musical tem hoje a sua máxima visibilidade. Em Portugal, este género artístico só agora começa a desenvolver os “musicais” que têm vindo a despertar um interesse crescente por parte do público.

A Santa Casa da Misericórdia, através do Conservatório de Música de S. José em parceria com o Teatro Municipal da Guarda e a Câmara Municipal, abriu pela primeira vez no passado ano lectivo o curso de Teatro Musical. Este curso proporciona uma formação específica em artes performativas, destacando-se: a interpretação, a voz (falada e cantada) e a dança; vertentes interventivas em musicais.

O curso de Teatro Musical é destinado a jovens, com idade a partir dos 13 anos, que demonstrem interesse na área de teatro musical e que desejam adquirir e/ou aperfeiçoar competências técnicas musicais, vocais, teatrais e de dança. Os objectivos gerais do curso são: proporcionar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos em teatro musical; formar simultaneamente actores, bailarinos e cantores; fomentar a versatilidade dos alunos, em artes performativas, de forma a responder eficazmente às mudanças culturais, artísticas, educacionais e sociais; incentivar o desenvolvimento de um novo género artístico no país, instruindo alunos que poderão vir a ser profissionais na área do teatro musical.

No passado dia 19 de Julho o público praticamente esgotou o grande auditório do TMG (Teatro Municipal da Guarda) para assistir ao espectáculo “9 Portas



para o Mundo”, o resultado final do trabalho desenvolvido por professores e alunos do Curso de Teatro Musical que decorreu de Março a Julho deste ano.

A reacção do público ao espectáculo não podia ter sido melhor, aplaudindo de pé e de forma muito entusiástica. A música original foi da responsabilidade de Bruno Faria, dramaturgia e encenação de Antónia Terrinha, coordenação na área de canto de Ana Barros, coordenação de dança e movimento de Romulus Neagu e coordenação geral de Victor Afonso. O enredo do musical “9 Portas para o Mundo” prende-se com as dificuldades económicas que uma família numerosa atravessa e a criatividade que encontra

para as contornar. Fala sobre emigração, mas sobretudo é um espectáculo que dá primazia à importância da família.

Por fim, importa referir que a parceria desenvolvida entre a Misericórdia, através do Conservatório de Música de S. José, o Teatro Municipal e a Câmara da Guarda na criação do Curso de Teatro Musical, constitui uma visão estratégica de investimento cultural na cidade que importa valorizar.

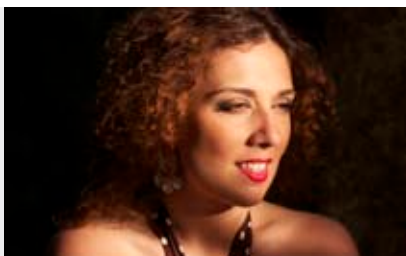
Inscrições para o Curso de Teatro Musical (ano lectivo 2014/2015) até ao final de Setembro em: www.conservatorioda-guarda.org

■ Hugo Simões

(Director Pedagógico do Conservatório)



José da Guarda



Licenciada em Canto, Ana Barros tem trabalhado sob a direcção de vários Maestros, interpretando um diversificado repertório. Ao longo do seu percurso formativo trabalhou com nomes como Jill Feldman, Philip Langridge, Gundula Janovic, Laura Sarti, Hilde Zadek, Patricia McMahon e Elisabete Matos. Apresenta-se regularmente em prestigiadas salas de espectáculo, com orquestras de grande destaque.

Para além da ópera, Ana Barros também está ligada à música contemporânea.

A soprano tem colaborado na área do canto com o Conservatório de Música de S. José da Guarda, colaboração que irá continuar neste ano lectivo, no decorrer do Curso de Teatro Musical.



Como foi trabalhar a nível vocal com um grupo formado por elementos que começam do zero neste tipo de formação?

AB: O trabalho foi compensador. Alguns dos alunos não tinham nenhuma noção de como cantar, nem tão pouco tinham bases musicais. Alguns alunos não tinham noção da afinação e quando começámos fiquei um pouco preocupada, no entanto, como eram bastante empenhados conseguiram superar os problemas e chegar à apresentação com a qualidade exigida a alunos de um curso. A experiência foi bastante interessante, o grupo era bastante heterogéneo e isso é muito enriquecedor tendo em conta a dinâmica que se instala.

Como se desenrolaram os ensaios?

AB: Como sou bastante ocupada, o curso não funcionou de forma semanal! Os encontros aconteceram a cada quinze dias e às vezes uma vez no mês, mas de forma "super" intensiva. Os primeiros dias de trabalho ocuparam todo o dia de uma sexta, um sábado e um domingo, e eles nunca perderam a energia e a vontade de aprender.

Não foi simples perceberem a dinâmica. Nas primeiras aulas o trabalho foi muito técnico: como respirar, como utilizar a voz da melhor forma, a postura, a movimentação... A voz é um instrumento muito peculiar, não se vê, não o podemos manipular, apenas podemos trabalhar o nosso corpo de modo a que todo ele influencie o som.

Os ensaios correram bem, por vezes com alguns atrasos da parte dos alunos... Mas, a partir do momento que chegaram ao palco todos se adaptaram da melhor forma. Foram muitas horas de trabalho com poucos intervalos. Ao nível do canto fazíamos sempre um bom aquecimento físico e vocal, mas depois nos ensaios globais, os alunos não podiam estar concen-

trados só numa das áreas de trabalho.

O teatro musical engloba várias valências (canto, representação e dança) e requer uma concentração maior para poderem assumir na perfeição as várias áreas.

O que foi (e o que é) mais difícil na área do canto, tendo em conta o tempo (curto) e o facto de se ter partido do zero ao nível das competências vocais dos intervenientes?

AB: De facto o pouco tempo complica bastante: o nosso corpo tem memória, mas para automatizarmos o que aprendemos precisamos de tempo... no entanto foram dadas aos alunos algumas dicas, que serviram de "muleta" às falhas técnicas.

O que se procura numa voz, para este tipo de apresentações?

AB: Idealmente uma voz que tenha uma natural afinação e projecção; mas tudo isso com tempo pode ser trabalhado, se o timbre for interessante! Muito trabalho e dedicação é o fundamental! Para este tipo de apresentações a presença física é muito importante. Como se comunica com o público, aquilo que fisicamente conseguimos transmitir, a natural qualidade vocal pode não ser muito importante se forem adquiridas as competências técnicas certas.

Qual a colaboração que tem mantido com o Conservatório e o que pensa desta Instituição?

AB: A minha colaboração com o Conservatório tem sido muito interessante. No ano lectivo passado estive a substituir em licença de maternidade a professora de canto e gostei muito da dinâmica da instituição. Tem muitas actividades e concertos. Penso que a direcção pedagógica faz um trabalho muito inteligente, porque o Conservatório é uma base cultural muito importante para a comunidade e acaba por ter um papel fundamental na formação cultural dos habitantes da Guarda. Neste ano vou continuar no projecto de teatro musical; ainda há muito que fazer e mostrar ao público da cidade.

Creche e Jardim de Infância

“É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas a graça das graças é não desistir nunca.”

(Dom Hélder Câmara)

É com a convicção de que estamos no bom caminho, que demos início ao novo ano escolar na Creche/Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia da Guarda.

E se o ano é novo é suposto que, com ele, surjam também algumas novidades. Temos efetivamente boas novidades!

Por um lado, temos novas propostas de trabalho para desenvolver ao longo do ano letivo, plasmadas nos documentos de orientação pedagógica: Projeto Educativo e Plano Anual de Atividades.

Por outro lado, o ano letivo de 2014/2015 começa com alterações significativas nas condições físicas do edifício, onde a valência vem funcionando, há mais de três décadas.

No que refere aos documentos que norteiam a ação educativa da Creche/Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, eles são meticolosa e atempadamente preparados para que cada ano escolar seja uma nova etapa que proporcione novas aprendizagens aos nossos alunos. Foi assim no passado, é assim no presente e é com este mesmo espírito que queremos continuar a planear o futuro. Tem sido em nome desse mesmo futuro, atentos às necessidades sociais das famílias, que a valência tem, igualmente, ajustado o seu período de funcionamento, quer em termos de horário de abertura diária, quer em termos do alargamento em período de férias, nomeadamente, na manutenção do serviço educativo durante a primeira quinzena de agosto, situação que continuará a vigorar no ano de 2014/2015.

Como já foi afirmado noutros momentos, queremos que a nossa valência continue a ser uma escola de referência e um autêntico laboratório de ideias e aprendizagens, que potencie as capacidades individuais de cada uma das nos-



sas crianças, num ambiente promotor do envolvimento de toda a comunidade educativa.

No que se refere às obras de beneficiação do edifício, foi oportunamente apresentado, em reunião de pais, um projeto de reabilitação do imóvel, dando cumprimento à intenção da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de continuar a investir no setor da educação.

As alterações entretanto implementadas e já concluídas, da substituição do telhado, significam, além da vontade, um enorme esforço financeiro por parte da instituição e inserem-se num projeto



mais amplo de renovação do imóvel, que todos ambicionamos ver concretizado, mas que carece do apoio de entidades terceiras. Tem como objetivos principais:

- 1 - Melhorar o comportamento térmico do edifício, aplicando materiais eficientes desse ponto de vista, que nos proporcionem ganhos ao nível do conforto e do consumo de energia;
- 2 - Proporcionar ganhos ambientais com a nova cobertura;
- 3 - Renovar os interiores, apostando em alterações que valorizem o conforto e a modernidade da valência;
- 4 - Enriquecer a ação pedagógica, pela diversificação e renovação dos materiais didáticos.

Tudo isto em nome do bem-estar dos nossos utentes!

Termino, desejando a toda a comunidade educativa – alunos, pais, funcionários e entidades parceiras do Projeto Educativo da Creche/Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia da Guarda – o maior sucesso para o ano letivo de 2014/2015.

■ Henrique Monteiro (Mesário)

Cantina Social da Santa Casa da Misericórdia da Guarda

Cumprindo um dos seus desígnios das obras de Misericórdia “dar de comer a quem tem fome”, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Guarda aderiu, desde a sua implantação, ao Programa de Emergência Alimentar (PEA) do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, criado em 2011.

Em que consiste e como funciona o PEA?

- Identifica as situações de resposta social mais urgente;
- É focado em medidas e soluções simples e diretas, que minorem o impacto social da crise;
- Assenta na promoção e proteção dos direitos das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e em grupos de risco;
- Aposta na proximidade e experiência de uma rede nacional de solidariedade;

É dinâmico e aberto a novas medidas e soluções¹.

De acordo com o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, “As parcerias [com as IPSS] são fundamentais. O Estado não pode abdicar de muitas das suas responsabilidades, que são indelegáveis, mas para as garantir, tem de se saber libertar daquelas que outros prestam de forma mais eficiente”².

Neste sentido, a Santa Casa da Misericórdia da Guarda (SCMG) abraçou logo desde início a proposta de criar uma Cantina Social integrada no PEA - Programa de Emergência Alimentar, tendo tal sido protocolado com o Centro Distrital de Segurança Social da Guarda.

Após a deliberação da Mesa Administrativa da SCMG foi comunicado aos Técnicos desta instituição que sinalizassem as situações emergentes de indivíduos e / ou famílias carenciados que necessitassem de auxílio ao nível do acesso a refeições bem como para que levassem

a cabo todas as “démarches” necessárias à implementação deste projecto.

Foi criada uma metodologia visando a eficácia (sem desperdícios) e em simultâneo a simplicidade no acesso das pessoas ao PEA, que consiste por um lado na referência de pessoas e famílias e por outro, na inscrição das mesmas nas valências da SCMG. Foram feitas breves entrevistas para análise das reais necessidades das pessoas ou famílias.

Por uma questão quer de equidade

questão de agilização interna ao nível dos recursos humanos.

Sinalizadas as situações, deu-se início à confecção e entrega da alimentação em Dezembro de 2012 a nove agregados familiares previamente referenciados e compostos na sua totalidade por 25 indivíduos.

As refeições são constituídas por 500 ml de sopa, 500 ml de segundo prato (+/- 400 gr), pão, salada e fruta da época.

Desde Outubro de 2001 até à actualidade tem vindo a crescer o número de pedidos para acederem a este serviço, quer por parte de indivíduos, quer por parte de famílias.

Até hoje a SCMG já forneceu 35.910 refeições a 47 agregados familiares que representam um total de 124 indivíduos.

De acordo com as palavras do senhor Provedor da SCMG (Dr. Jorge Fonseca), “É um esforço considerável mas satisfatório e

que nos dá ânimo para continuar a fazer o bem, e é exactamente para isso que cá estamos”.

Pioneira na Guarda e com mais de cinco séculos a Fazer o Bem, a Santa Casa da Misericórdia da Guarda está e continuará com a larga experiência de bem fazer.

■ *Júlio M. P. Santos*



para com os indivíduos, quer de higiene, a SCMG investiu uma verba considerável na aquisição de recipientes homologados e seguindo as regras de HACCP³ para a acomodação e o transporte da alimentação.

De entre as diversas valências desta instituição foi seleccionado o Centro de Dia da Guarda-Gare para prestar a interacção com esta população mais vulnerável e necessitada, quer por uma política de proximidade para com a especificidade que é este público-alvo, quer por uma

¹ <http://msss.pt/docs/programa-de-emergencia-social.pdf>

² <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedade-e-seguranca-social/mantenha-se-atualizado/20120427-msss-ipss.aspx>

³ Hazard Analysis and Critical Control Points (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo da Alimentação)

Centros de Dia da Santa Casa da Misericórdia

testemunhos

Conversam, partilham as refeições, desenvolvem atividades lúdicas e a maioria dos utentes procura companhia, carinho e novas amizades. O Centro de Dia é, para muitos, uma segunda casa, uma nova família. Nas conversas destacam-se recordações de vida e experiências passadas.



Eugénia Nunes, 74 anos, está no

Centro de Dia da Estação: diz não gostar muito de falar, mas mesmo com poucas palavras, recordou a profissão que exerceu na Guarda. Foi instrutora de condução automóvel. Gostou muito de ensinar e não consegue dar conta do número de alunos que “encartou”. Foi em Moçambique que aprendeu e onde começou a dar aulas.

Quanto ao mito de que o sexo femini-

no tem maiores dificuldades ao volante, afirma que isso não corresponde à realidade. Foram muitos os alunos difíceis... do sexo masculino. Ser instrutora de condução automóvel foi uma alternativa. Ainda iniciou o curso de Inglês que, por dificuldades teve de interromper.

No início da profissão (na Guarda) reconhece que não foi fácil enfrentar o olhar de desconfiança de alguns (homens).



Amadeu Pinto, 80 anos, começou a frequentar o Centro de Dia da Misericórdia na Guarda há 14 anos, depois da morte da mulher. As histórias repetem-se. A companhia que encontra é a principal vantagem de frequentar o Centro de Dia. No Centro, Amadeu é quem organiza o grupo na hora de rezarem o terço. Este utente diz que o segredo para envelhecer de forma natural e saudável é ocupar o tempo, não parar. Todos os dias faz caminhadas, com passagem obrigatória pela Igreja da Misericórdia.



Aida Marques, 90 anos, é uma das pessoas com mais idade no Centro de dia da Guarda. Começou a frequentar aquele espaço também depois da morte do marido. Aida é uma mulher faladora. Considera-se vaidosa e diz gostar de vestir roupa de cores alegres. No primeiro contacto deixa transparecer alguma “rebeldia” de carácter: às vezes talvez um pouco incompreendida (confessa). Foi no Centro de Dia que encontrou um amigo especial... um namorado. Não deu certo: “feitios diferentes” é a justificação de Aida

Marques.

Na conversa para a Revista, recordou os tempos em que foi professora e explicadora de Francês na Guarda, atividade da qual herdou o nome de “madame” (senhora em francês). Outro dos motivos para este nome foi o facto de ter vivido em França. “Madame” é o nome pelo qual muitas gerações de alunos ainda a conhecem na cidade.

Deu aulas no Colégio Sagrado Coração de Maria, na Casa do Gaiato e também no Outeiro de S. Miguel, mas foram muitos os anos dedicados a dar explicações particulares.

Aida Marques fala do Centro de Dia, numa carta que escreveu aos responsáveis da Santa Casa da Misericórdia. Nessa carta datada de abril deste ano, Aida Marques compara o Centro de Dia da Guarda ao lugar onde passava férias com o marido, na pequena aldeia de Monte Barro: “o nosso Centro de Dia da Guarda é um pouco parecido com ela. Está escondido no meio da cidade... dir-se-ia um ninho de pássaro no meio da folhagem (...).”

Ainda do que foi escrito por Aida Marques, pode ler-se: “falando do nosso Centro de Dia, nada nos falta, nem calor humano, nem aquecimento ambiental. A alimentação é variada, abundante e mesmo deliciosa.

É servida por senhoras adoráveis que nos acompanham, nos cuidam, nos servem, dando-nos ao mesmo tempo a liberdade de ler, escrever, jogar, brincar, cantar, ouvir música, ver a televisão (...). É com um pouco de tristeza que voltamos para as nossas casas, para a solidão (...). A Nossa Santa Casa da Misericórdia é uma Instituição que se dedica a todos os necessitados qualquer que seja a sua cor, a sua língua, o se país (...). Portugal pode considerar-se feliz de ter criado com ajuda daqueles que podem participar, este apoio, grandioso e generoso”.

testemunhos

Guarda 27/4/2014

O meu nome é Aida, eu sou da Tomarinho de meu nome, embora haja no meu nome de família um prevarismo: sou feida pasques ferreira pasques.

O meu marido e eu passamos as férias de férias no Monte-Barro. É uma pequena aldeia esquecida do resto do mundo, mas privilegiada para nós.

O Nosso Centro do Dia da Guarda é um pouco parecido com ela. Está escondido no meio da Cidade da Guarda, diz-se lá um pouco de passado, no modo da folhagem. Eu adoro o Monte-Barro e disse cá para comigo: Deus para mim foi generoso: esta calma, estas flores, este bocacinho de Céu Azul; tudo é meu, mesmo aquele coque preto que está escondido de baixo das folhas.

O Louco do Monte-Barro, ainda existe, mas ao longo tempo tornou-se um deserto... Ao pisar as folhas de uma cerejeira alhei para cima, e em vez de carpa parecia-me que via gotas de sangue, as cerejeiras tinham desaparecido. Os ramos nus da cerejeira erguam-se para o Céu a pedir Renascença. (Ela está na proximidade Primavera) Para nós os idosos não há Renascença. A nossa velhice acompanha-nos e dá ao guarda Deus quiser.

Eu sou bricolhona, ativa, enérgica e sensível a tudo o que é belo, igualmente ao sofrimento dos outros, e até mesmo a sua alegria.

Falando do "Nosso Centro do Dia" nada nos falta nem calor humano, nem

ajuda, abundante presença e companhia por senhoras que nos ao mesmo tempo a liberdade de ler, escrever, jogar, brincar, cantar, ouvir música, ver a televisão (...). É com um pouco de tristeza que voltamos para as nossas casas, para a solidão (...). A Nossa Santa Casa da Misericórdia é uma Instituição que se dedica a todos os necessitados qualquer que seja a sua cor, a sua língua, o se país (...). Portugal pode considerar-se feliz de ter criado com ajuda daqueles que podem participar, este apoio, grandioso e generoso”.

Aida -

ICSP
INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO
E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

Sudário

CONSERVAR NO PRESENTE
PARA PRESERVAR O PASSADO
E TRANSMITI-LO AO FUTURO...

INCI
INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO
E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº69410
Decreto - Lei n.º 12 - 2004, de 9 de Janeiro

facebook.com/icsp.sudario
 918 243 319 - 964 152 641

Memórias | 1976

Dr. Pires da Fonseca - Antigo Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Guarda nos anos 70

O Porquê do 5.º Congresso das Misericórdias Portuguesas?!

Únicas no mundo quanto à iniciativa da sua criação e quanto ao seu programa, realização prática das 14 Obras de Misericórdia, as Misericórdias Portuguesas só vigoraram em Portugal e nos países lusófonos, com excepção da Argentina onde uma só foi criada, por assimilação das brasileiras. No Brasil onde ainda hoje existem milhares, elas foram, e são, os melhores e mais consagrados meios de assistência.

Porque acarinhadas e apoiadas pela Igreja, entre os ataques políticos sofridos pelas Santas Casas, destacou-se, entre nós, o da onda de destruição gonçalvista. Na Guarda deu-se até uma provocação caricata, quando um capitão de Abril exigia do Provedor que lhe entregasse a Misericórdia sem saber exactamente o que pretendia, quando se lhe ofereceu a igreja e a farmácia. De toda a maneira os revolucionários em nome do Estado foram-se apoderando dos bens que à Misericórdia pertenciam, e isso aconteceu por todo o país.

Quem se recordar da realização do V Congresso das Misericórdias Portuguesas, em Novembro de 1976, na cidade de Viseu, onde se encontraram a Igreja e o estado, para verem, ouvirem e compreenderem a voz das Irmandades, há-de saber que a temática desse Congresso andou à volta dos três pontos fundamentais seguintes: a) –definição das Misericórdias; b) –legislação actual; c) –criação da União das Misericórdias, com vista à sua defesa e revitalização.

Do Congresso saíram aprovadas, por unanimidade, diversas “Conclusões”, das quais aqui se destaca, de interesse para o nosso tema, a seguinte:

“As Misericórdias são associações de



fiéis denominadas Irmandades de Misericórdia ou Santas Casas de Misericórdia, com **personalidade jurídica canónica e civil**, com o fim específico de praticar as obras de misericórdia corporais e espirituais e promover o culto público a Deus, gozando de **autonomia administrativa** e da confiança dos seus benfeitores e beneficiando da preteção histórica da Igreja e do Estado.”

Recordar o V Congresso faz lembrar também que ele surgiu de uma viva reacção contra a onda de destruição gonçalvista, que se gerou após o 25 de Abril de 1974 com vista a eliminar as Santas Casas, um pouco à semelhança do que aconteceu com o Liberalismo (entre 1834 e 1910) e com a 1.ª República (entre 1910 e 1926).

Pois foi a partir do V Congresso que as Misericórdias sobreviveram e hoje se mostram com alguma pujança na realização de serviços ou valências da maior importância social, mas mantendo o espírito cristão e o respeito da dignidade da pessoa humana.

- Como nasceram em Portugal e qual a importância das Misericórdias?

Diversos foram os historiadores a quem se pôs esta questão e uniformemente responderam que a nossa primeira Irmandade da Misericórdia surgiu como coisa muito necessária na vida da população portuguesa à data da sua instituição e que foi por iniciativa da Excelsa Rainha Dona Leonor de Lencastre que, em finais do século XV fez uma verdadeira reforma da assistência em Portugal, vencendo resistências activas e passivas em defesa dos princípios a que ela mesma obedecia.

A primeira Misericórdia portuguesa (a de Lisboa) não foi instituída por decreto oficial do estado nem por despacho canónico da Igreja. Foi por iniciativa de cidadãos leigos, para darem testemunho da sua fé pela prática da caridade a favor dos concidadãos mais carenciados, numa altura em que Lisboa estava coalhada de viúvas e de órfãos, devido à gesta dos nossos descobrimentos ultramarinos.

Talvez esclarecida e afervorada por Frei Miguel Contreiras, seu confessor, moveu-se a Rainha com aquela fé ardente e inesgotável caridade que nela era a mais nobre personificação do amor ao próximo, para o lançamento da Confraria ou Irmandade da Misericórdia, cujo modelo de compromisso é inédito e não copiado de qualquer outro.

No prólogo do Compromisso dizia-se que Deus “inspirou no coração de alguns bons e fiéis cristãos e lhes deu coração, siso e forças e caridade para ordenarem uma Irmandade e Confraria sob o título e nome e invocação de Nossa Senhora, a Virgem Maria da Misericórdia... e que a Confraria foi instituída no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1498... no mês de Agosto...” **“por permissão e consentimento e mandado da ilustríssima e mui católica senhora a Senhora Rai-**

nha Dona Leonor”.

O “Compromisso”, inédito e não copiado, era o texto fundamental que continha a doutrina, a organização, o comportamento dos irmãos, mordomias e actividades da Irmandade, com vista a dois objectivos:- praticar o culto a Deus; executar as 14 obras de Misericórdia.

O Compromisso foi elaborado por determinação da Rainha D^a. Leonor de Lencaestre, com o apoio de Frei Miguel Contreiras. E foi mandado imprimir e ilustrar, com requinte, pelo Rei D.Manuel II, irmão da Rainha, que lhe deu todo o apoio.

Na data referida a Rainha Senhora Dona Leonor, na ausência do Rei D.Manuel I, ere Regente do reino e representava, portanto, o Estado, sendo por permissão, consentimento e mandado do Estado que se fundou a primeira Misericórdia, constituída por... bons e fiéis cristãos que voluntariamente se associaram sob a protecção do poder régio do qual dependia a associação.

Nascidas do impulso da Rainha e das generosas intenções dos cristãos, as Misericórdias tornaram-se mandatárias da vontade dos seus benfeitores e não poderão demitir-se nem ser demitidas da realização dos seus próprios fins, como pessoas morais que são, dotadas de personalidade jurídica.

Perante o Estado e a Igreja, em missão de entendimentos e de complementaridade, sempre o Estado respeitou a autonomia das Misericórdias, sem delas se apropriar, e sempre a Igreja as abençoou sem nunca reivindicar o seu domínio sobre estas instituições cuja originalida-

de era a de serem obra de bons cristãos leigos.

Atento o novo Código de Direito Canónico onde se criaram as duas novas figuras jurídicas de associações privadas e associações públicas, no respeito pela tradição e longevidade das Santas Casas, tanto pelos Provedores como pela União das Misericórdias (que nasceu do V Con-



gresso), têm sido consideradas as Misericórdias Portuguesas como “associações privadas”, com autonomia administrativa e funcionamento democrático, sendo os corpos sociais eleitos em assembleia geral, como se dispõe nos “Compromissos” cujo novo modelo, aliás, foi também elaborado e aprovado em assembleia geral da União.

Do Estado ou da Igreja?

Porque nos foi pedido um depoimento sobre o V Congresso, responderemos à pergunta nos termos em que lhe foi

respondido naquele momento histórico, em diálogo com representantes do Governo e da Conferência Episcopal Portuguesa:...**“as Santas Casas da Misericórdia reivindicam para elas o direito de dizer quem são e não permitirão que as bases dos seus Estatutos sejam ditadas a partir dos Paços Episcopais nem de Gabinetes Ministeriais”.**

Viseu foi a muito antiga e nobilíssima cidade onde se reuniram os novos “bons cristãos”, com destaque para a figura veneranda do Dr. Fraústo Basso, provedor de Nisa, D. Virgílio Lopes, jovem sacerdote em início de carreira, provedores de Amarante, de Guimarães, de Braga, da Guarda, de Castelo Branco, Fundão, em número de duas dezenas, que se realizou o V Congresso, com duração de três dias e com a participação de mais de 300 Santas Casas.

Aberto pelo Bispo D. Manuel de Almeida Trindade, Vice-presidente do Conselho Episcopal Português, o Congresso foi encerrado sob a presidência do Ministro da República D. Armando Bacelar que assim terminou: “Há injustiças a corrigir e reparações a dar... mas tudo se fará para que um novo clima, renovado e mais frutuoso, se venha a criar, de colaboração entre o Estado e as Misericórdias, a bem de todos nós, a bem do Povo e da Pátria Portuguesa”.

Porquê o V Congresso? A resposta já foi dada: - Para as Santas Casas reivindicarem para elas o direito de dizerem que são obra de bons cristãos leigos, apoiada pelo Estado e abençoada pela Igreja.



Produção e Comércio de Granitos, Lda.

Fonte Leonor
6400-212 Freixedas

Telef. 271 456 286 | Fax 271 456 321
Telem. 966 490 853 / 934 067 890
granigua@hotmail.com



XI Congresso Nacional das Misericórdias

Évora maio de 2014

“Economia Social – Esperança para os Desafios do Futuro”, foi o tema do Congresso das Misericórdias que decorreu entre os dias 29 e 31 do passado mês de maio na cidade de Évora.

Conclusões apresentadas pela Comissão Organizadora do Congresso (versão resumida e publicada no Jornal “Voz das Misericórdias”, edição de junho de 2014).

As Misericórdias reafirmam a sua determinação em continuar a cumprir a sua missão junto das comunidades e em estreita cooperação com o Estado, mantendo um elevado patamar de qualidade na prestação dos serviços; As Misericórdias prosseguirão o seu esforço de modernização na gestão adotando novos paradigmas em relação à procura de maior eficácia e eficiência nas suas respostas; Este conhecimento permite às Misericórdias exigir do Estado e dos governos a sua responsabilidade em aproveitar os recursos instalados no sentido de assegurar respostas sociais e controlar a despesa do Estado; Na saúde ficou evidente que, quer em Portugal, quer no Brasil, o desenvolvimento da inteligência estratégica para o setor recomenda um aumento da cumplicidade entre o Estado e o setor social; No que respeita aos cuidados continuados, o congresso regozijou-se com a participação das Misericórdias na rede e a reconhecida qualidade, tendo o Estado assumido que a abertura de novas camas é uma área de apoio que não se pode abandonar; As Misericórdias congratulam-se com a anunciada devolução dos seus hospitais e esperam que este seu regresso ao setor em causa, integradas no SNS, possa representar um dos principais



fatores de integração e de coesão social, de melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados e de redução da despesa pública; O Congresso foi unânime em reconhecer que as respostas de organização local e gestão concentrada com as Misericórdias têm-se revelado virtuosas e sustentadoras dos sistemas sociais e de saúde.

Todos os presentes se comprometem no empenho em ultrapassar os desafios da gestão sustentável com a implementação de uma gestão dinâmica, com o aumento da eficiência, cultura de proximidade com os profissionais e os utentes e ética nos procedimentos. A criação e promoção do Cartão de Saúde das Misericórdias deve ser vista como instrumento potenciador de diversificação das formas de financiamento da atividade e permitirá aos seus titulares tempos de espera mais reduzidos e a preços controlados no acesso aos cuidados de saúde; As Misericórdias reforçam a importância dos mais velhos e a responsabilidade

dos mais novos, sendo inegável que o envelhecimento é uma conquista extraordinária da humanidade e deve ser um incentivo às sociedades; As Misericórdias reafirmam a sua vontade e o seu empenho para, em cooperação com o Estado, assegurar aos idosos uma vida com mais dignidade, qualidade, afeto e saúde; O Congresso sublinha que não podemos apenas centrarmo-nos no impacto financeiro do envelhecimento e reafirmou a intenção de promover um “Plano Estratégico para o Envelhecimento” onde não esqueçamos que os velhos são um valor para a sociedade e não um desvalor; Para tal, é incontornável uma aposta no marketing social e na diversificação das fontes de financiamento para as Misericórdias poderem continuar o seu caminho de autonomização; O Congresso reconhece que a economia social é adaptativa, sendo urgente a adoção de instrumentos de gestão mais eficazes. Precisamos de bons técnicos, mas também de boas pessoas para não nos desumanizarmos; O Estado

reconhece as excessivas exigências de tecnicidade nas respostas sociais, tendo ficado o compromisso de um maior empenho na definição de políticas construtivas; Foi unânime que a articulação intersectorial é fundamental e é preciso um trabalho conjunto entre a Saúde e a Segurança Social; As Misericórdias consideram o incremento da natalidade



como um dos grandes desafios que se colocam à sociedade portuguesa, sendo urgente apostar em medidas integradas de apoio à família; Urge proceder à revisão da Lei Tutelar Educativa, da Lei de Crianças e Jovens em Perigo e da Lei da Adoção, três leis basilares que permitirão, após revisão, responder com mais proporção e enquadramento ao superior interesse da criança; O Congresso sabe

e reconhece a necessidade urgente de respostas especializadas nesta área e a implementação efetiva de respostas ao nível da Saúde Mental para crianças e jovens; As Misericórdias reconhecem que replicar boas práticas, disseminar ideias e ter capacidade de avaliação potencia a inovação e o progresso e que trabalhar em rede, comprar em grupo, otimizar recursos e investir em relações bilaterais contribui fortemente para a sua sustentabilidade; O Congresso considera desejável a concretização de uma lei de bases da cooperação que possibilite a transformação do pacto social em lei; É preocupação do Congresso continuar a transformar o lucro económico em lucro social, fazendo experiências solidárias concretas e aderindo sustentadamente a todos os princípios sociais; Ficou clara ao longo de todo o Congresso a importância da conta satélite para a economia social como fator identificador da força da economia social portuguesa; O Congresso lembra a sociedade portuguesa que não há tecnologia que supere os valores da solidariedade e que sem intervenção

humana não haverá coesão social. As Misericórdias têm um papel decisivo na construção da comunidade e querem ser parte integrante daquele que vier a ser o "Pacto para a Empregabilidade"; As Misericórdias aprofundam a sua consciência da importância do património cultural e de uma rede de turismo para a defesa e salvaguarda da sua identidade secular e comprometem-se a trabalhar, em conjugação com a UMP, na preservação, estudo e divulgação do seu património; As Misericórdias afirmam o seu desejo de que a língua portuguesa possa ser promotora da intergeracionalidade;

As Misericórdias comprometem-se com empenho e espírito de missão de cooperação em fazer um Congresso nacional das cerca de 4000 IPSS, com o lema "Um por todos e todos por Um"; O Congresso convida todos os portugueses a fazer a sublime experiência de ler as 14 obras de misericórdia à luz dos dias de hoje e descobrir que, extraordinariamente, estão ali as bases de uma sociedade mais inclusiva e mais solidária e que todos procuramos todos os dias.



Os Cosméticos

Cristina Santos Carvalho (Diretora Clínica)



FARMÁCIA DA
MISERICÓRDIA



A pele é o órgão que reveste e molda o corpo e assegura as relações entre o meio exterior e o meio interior do organismo.

A pele está diariamente exposta a agressões ambientais cujos efeitos nocivos podem e devem ser prevenidos e combatidos.

Um órgão tão importante não pode ficar sem cuidados. Atualmente é difícil prescindir de uma vasta gama de produtos cosméticos que fazem parte da rotina diária de higiene e tratamento de beleza, nomeadamente: cremes, loções, champôs e produtos de maquilhagem.

A Cosmética surgiu na pré-história há cerca de 30.000 anos, quando os aborígenes começaram a decorar os seus corpos com pinturas e tatuagens...

Um cosmético, tem como finalidade terapêutica, prevenir a deterioração cutânea e restabelecer o seu equilíbrio fisiológico. As ações farmacológicas dos cosméticos compreendem: a limpeza, correção, proteção e embelezamento da pele.

Para obter os resultados desejados é fundamental saber manuseá-los de forma correta. Até que ponto usar vários tipos de cosméticos é sinal de cuidado ou exagero? Na escolha dos vários cosméticos há que ter em atenção o tipo de pele.

Uma boa rotina diária de tratamento

da pele consiste na sua limpeza, esfoliação, aplicação do tónico e hidratação. Existe uma grande variedade de texturas e consistências dos cremes. Uns são mais fluidos e facilmente absorvidos e outros mais espessos e mais difíceis de absorver. O ideal é aplicar sempre os cosméticos mais facilmente absorvíveis.

A limpeza deve ser realizada de manhã e à noite, utilizando um **leite de limpeza** para remover as células mortas, a maquilhagem e o excesso de gordura, facilitando a absorção dos princípios ativos contidos nos cremes que deverão ser aplicados na sequência correta.

Para retirar as impurezas depositadas na pele pelo leite de limpeza, utiliza-se um **tónico** para evitar a longo prazo a oclusão dos poros cutâneos. O tónico respeita a fisiologia da pele, limpando-a sem a agredir. É ideal na preparação da pele para melhor absorver o creme hidratante. Na pele seca os agentes hidratantes do tónico tornam a pele mais suave e otimizam a ação do creme hidratante. Na pele normal e mista, elimina o excesso de gordura, melhorando assim a absorção do creme hidratante e ao mesmo tempo elimina o brilho excessivo do rosto.

A **esfoliação** da pele remove as células mortas, promove a circulação sanguínea

e realça o brilho natural da pele. Não esquecer que após a esfoliação não há necessidade de efetuar a limpeza da pele, no entanto deve aplicar-se um tónico.

Após uma limpeza, a pele fica mais exposta aos princípios ativos dos produtos de cuidado e tratamento dermatológico. Deve aplicar-se um **Sérum** antioxidante ou hidratante o mais rapidamente possível.

A aplicação de um creme **hidratante** de rosto deve ser precedida de um creme de olhos, que é menos espesso, aplicando-se através de massagens circulares para estimular a circulação sanguínea e reduzir as olheiras. De seguida, aplica-se o creme de rosto com movimentos na direção dos músculos. Não se deve esquecer de massajar a zona do pescoço com movimentos descendentes para estimular o tônus muscular, evitando assim a flacidez da pele. A aplicação de um **protetor solar** é da maior importância para evitar os efeitos nocivos do sol, nomeadamente o aparecimento de manchas.

Antes de dormir, o ritual é semelhante no que diz respeito à limpeza e aplicação do tónico. Esta é a altura do dia perfeita para utilizar cremes de tratamento com maior concentração em antioxidantes para combater o envelhecimento, eliminar as manchas e a oleosidade excessiva

da pele.

Semanalmente, deve aplicar-se uma máscara de limpeza, seguida de um esfoliante sobretudo na presença de pele oleosa. Em seguida, aplica-se uma máscara hidratante para tornar a pele macia e sedosa.

Na escolha do tipo de creme hidratante deve ter-se em conta o tipo de tratamento ou cuidado que se pretende atingir: cremes anti envelhecimento, preventivos ou intensivos, tratamento de manchas, tratamento do acne, entre outros. O cuidado da pele não tem idade mas cada idade tem diferentes necessidades.

Aos 20 anos (hidratar e prevenir), a pele está no seu auge, é uniforme e com um grão regular. Existe uma boa produção de colagénio e as células renovam-se de forma ideal. Após uma limpeza cuidada de manhã e à noite, deve ser aplicado um creme hidratante. A utilização de protetor solar antes da exposição solar é imprescindível. A idade ideal para utilizar cremes anti envelhecimento precoce é aos 25 anos, altura em que tem início a deterioração das células cutâneas.

Aos 30 anos (proteger e nutrir), surgem as marcas geradas pelo stress e gravidez. A pele começa a desidratar-se, a derme perde colagénio e elasticidade e começam a surgir os primeiros sinais do tempo. Muitas

vezes não se tratam de rugas instaladas mas é altura de nutrir a pele, recorrendo a cremes anti envelhecimento. Não se deve dispensar o uso de protetor solar, e uma esfoliação semanal.

Aos 40 anos (combater e intensificar), surgem as rugas de expressão devido a uma renovação celular cada vez mais lenta, bem como imperfeições cutâneas nomeadamente manchas e vermelhidões na região da face e pescoço. Este é o momento ideal no combate aos sinais de envelhecimento. Para tal, é indispensável efetuar o tratamento de noite para intensificar a regeneração cutânea noturna. A aplicação dum sérum alimenta a pele em profundidade e potencia a ação dos cremes hidratantes.

Depois dos 50 (nutrir e conservar), a pele passa por várias transformações como consequência das modificações hormonais, nomeadamente a menopausa. A pele torna-se mais seca e as rugas multiplicam-se. A secura cutânea exige nesta fase da vida uma hidratação cuidada devendo aplicar-se cosméticos com alto teor em agentes nutritivos.

Os sinais de envelhecimento cutâneo variam de indivíduo para indivíduo em função da sua hereditariedade, da exposição solar, do estilo de vida, nomeadamente a presença de hábitos aditivos.



A CLIFIG – Clínica Fisiátrica da Guarda é a nova Unidade de Medicina Física e de Reabilitação convencionada com o SNS Serviço Nacional de Saúde desde o passado dia 29 de Julho de 2014, permitindo oferecer os melhores cuidados na área de reabilitação, por um valor acessível a todos os utentes.

Além desta convenção, a CLIFIG relembra a existência de acordos com a ADSE, SAMS-Centro, ACP e múltiplas seguradoras.

O corpo técnico da CLIFIG é composto por médico fisiatra (director técnico), neurologista, ortopedista, pneumologista, fisioterapeutas, terapeutas da fala. Encontra-se apetrechada com equipamentos de reabilitação mais recentes.

Além das consultas médicas, fisioterapia e terapia da fala, temos ainda uma vasta oferta de exames complementares de diagnóstico.

Localização: Centro da cidade | Rua Pedro Álvares Cabral - Edifício Gulbenkian (urgência do antigo Hospital da Guarda).

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira das 9h às 20h.

O “Chico” Pissarra deixou-nos...

Francisco António Canotilho Pissarra de Matos nasceu a 22 de dezembro de 1958 e faleceu a 17 de julho de 2014.

Integrou os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Guarda, fazendo parte de várias Mesas Administrativas, incluindo aquela que foi responsável pela abertura da Unidade de Cuidados Continuados, tendo trabalhado com os provedores Dr. Jorge Fonseca e Dr. Francisco Bigotte.

Na sua longa e dedicada relação com a Santa Casa da Misericórdia, foi um exemplo de inequívoca lealdade para com a instituição e as pessoas que, com ele, integraram os respetivos órgãos sociais.

O modo como encarou o sofrimento durante o período de doença é um exemplo para todos nós.

Obviamente que a família está de luto. Daí os nossos sentidos pêsames.

A Misericórdia e, sobretudo, a sua Mesa Administrativa, de que fez parte, está também de luto.

Até sempre, Chico! Sabemos que estás junto da Senhora da Misericórdia.

Henrique Monteiro (Vice Provedor)



D. António Moiteiro Ramos | Entrevista

No passado mês de julho, o Papa Francisco nomeou como novo bispo de Aveiro António Moiteiro Ramos, que era desde junho de 2012 Bispo auxiliar de Braga. A entrada solene na Catedral de Aveiro foi no dia 14 de Setembro.

D. António Moiteiro sempre esteve ligado à Diocese da Guarda, onde foi padre nas paróquias da Sé, São Vivente e S. Miguel. Desde 2012 que é Vice Postulador da Causa de Canonização do Bispo auxiliar da Guarda D. João de Oliveira Matos, sepultado no Outeiro de S. Miguel. Doutorada em Teologia Pastoral, D. António Moiteiro Ramos foi responsável pelo Departamento de Catequese da Infância e Adolescência, bem como do Ensino da Igreja nas Escolas; foi diretor do Secretariado Diocesano da Educação Cristã, coordenador da pastoral, assistente diocesano das Conferências Vicentinas, membro do Conselho Presbiteral, Episcopal e do Conselho Pastoral.

Como nasceu e cresceu a sua vocação ao sacerdócio?

D.AM: Nasci numa pequena aldeia do concelho de Penamacor, Aldeia de João Pires, há 58 anos e fui como adolescente, em 1968, para o seminário do Fundão. Em 1973 transitei para o Seminário maior da Guarda onde frequentei o curso de teologia, sendo ordenado sacerdote em 8/4/1982, juntamente com os párocos atuais de Celorico da Beira e Trancoso. Em 1984 frequentei a Universidade em Madrid, onde fiz também o doutoramento em Teologia pastoral.

Entretanto, comecei a trabalhar pastoralmente na cidade da Guarda onde permaneci até ser nomeado bispo auxiliar de Braga, em 2012.

O instrumento de Deus na descoberta da minha vocação sacerdotal foi o meu pároco, o saudoso P. Pinto, e que me acompanhou nos primeiros anos de sacerdócio.

Que ligação manteve com a Misericórdia da Guarda durante os anos que exerceu o seu ministério na cidade?

D.AM: Quando era pároco de S. Miguel da Guarda e em parceria com a Santa Casa da Misericórdia da Guarda, no tempo do Senhor Provedor Dr. Bigote, abrimos um Centro de Dia no Centro paroquial e a partir desse momento fui convidado a ser irmão da Santa Casa. Mais tarde fui eleito para Vogal da Assembleia Geral, cargo em que estive até quase ao momento da nomeação episcopal.

Como analisa o atual papel das Misericórdias Portuguesas? Que desafios se colocam ao desenrolar da sua ação?

D.AM: As Misericórdias portuguesas são, por natureza, Associações de Leigos, ligadas à Igreja católica, e têm como missão a prática das Obras de Misericórdia, quer materiais quer espirituais. É evidente que não podemos pensar as Misericórdias hoje como as pensavam há 50 anos atrás. Continua sendo necessário praticar as Obras de Misericórdia, mas hoje devemos estar atentos aos novos problemas sociais com que se depara a sociedade portuguesa. Se pensarmos no campo da



saúde antes do 25 de abril, onde as Misericórdias tinham um papel fundamental e no atual sistema nacional de saúde, vemos que houve mudanças substanciais. Mas isso não impede que a atenção aos mais idosos, aos mais frágeis nos serviços continuados, não seja um campo específico das Misericórdias.

Os tempos mudaram e hoje exige-se uma gestão mais profissional, tanto mais que nas zonas do interior as Misericórdias são uma das maiores entidades empre-

gadoras da região.

Sendo as Misericórdias instituições ligadas à Igreja Católica, como vê esta ligação nos nossos dias? Num tempo de crise social, o que pode melhorar na ajuda às pessoas?

D.AM: As Misericórdias não devem perder de vista a sua matriz cristã e católica e devem ter muito presente a motivação pela qual praticam o bem. A parábola do Juízo Final (Mt 25) é muito clara neste sentido: «o que fizerdes a um dos meus irmãos mais pequeninos é a mim que o fazeis». O sentido do nosso bem-fazer não é apenas filantrópico, mas no irmão ver o próprio Deus.

Isto dá um sentido diferente àquilo que fazemos e traz-nos novas motivações no serviço ao próximo e na construção do bem comum. A ligação à Igreja católica é congénita desde a sua criação pela rainha Dona Leonor. Pensar de outra forma é desconhecer a história das Misericórdias.

Ao nível do seu trabalho, com destaque para a área da Catequese, que balanço faz dos anos passados na Diocese da Guarda?

D.AM: Os 30 anos de sacerdote na diocese da Guarda foram para mim muito enriquecedores. O ter sido pároco em paróquias de cidade e aldeia e a formação dos agentes de pastoral em toda a Diocese, ajudaram-me a ter uma visão global da vida da Igreja e das urgências evangelizadoras a que somos chamados. O próprio Papa Francisco no documento a Alegria do Evangelho coloca o assento tónico na formação dos agentes de pastoral e na necessidade de sermos uma

Igreja que sai de si mesma para ir ao encontro dos mais pobres e necessitados.

A sua evolução como homem da Igreja tem sido, para muitos, rápida. Como foi chegar a Bispo de Aveiro, depois da passagem por Braga?

D.AM: Não sei responder a esta pergunta. Como bispo auxiliar de Braga procurei desempenhar a missão à qual a Igreja me chamou o melhor que fui capaz. A nomeação para bispo de Aveiro, tal como a de Auxiliar de Braga, não foram queridas por mim e aconteceram apenas numa lógica de resposta à Providência de Deus. No momento da ordenação sacerdotal desejava apenas ser um pároco à semelhança do prior da minha aldeia. O que aconteceu a partir daqui inscreve-se na lógica de ir respondendo cada dia àquilo que a Igreja me vai pedindo.

É cada vez mais difícil o papel de um responsável da Igreja?

D.AM: Todos sabemos que a Igreja está mais exposta nos meios de comunicação social que há alguns anos atrás. A maior ou menor dificuldade de um ministro da Igreja, e neste caso de um bispo, passa pelo serviço que prestamos à comunidade cristã, para a qual somos

enviados como pastores, à imagem de Cristo, e à sociedade através da construção do bem comum. Hoje a ignorância religiosa é muito grande e o grande desafio que se coloca à Igreja é formar verdadeiras comunidades onde se viva a fraternidade, tal como Jesus a quis para os seus discípulos. Na qualidade da nossa vida fraterna está a credibilidade da nossa Igreja e, conseqüentemente, dos seus pastores.

Já conhece a sua nova Diocese? Quais os novos desafios como Bispo de Aveiro?

D.AM: Não conheço a diocese de Aveiro e esse vai ser o primeiro trabalho como bispo diocesano: conhecer para com todos construirmos comunidades cristãs onde possamos encontrar-nos com Deus porque «onde dois ou três se reunirem em Meu nome, Eu estou no meio deles». Conhecer para ajudar a crescer tem de ser o meu trabalho dos próximos tempos.

Através da Revista da Misericórdia da Guarda, que mensagem gostaria de deixar?

D.AM: Toda a minha vida tem sido, apesar das minhas limitações e pecados,

ajudar a construir o reino de Deus, isto é, ajudar a construir uma sociedade mais fraterna onde estejam presentes os valores do Evangelho. Estes valores estão presentes nas Obras de Misericórdia. Fazer o bem por amor a Deus, vendo no próximo o próprio Cristo, este tem de ser o objetivo da nossa vida.

Se cada um de nós fizer o bem que está ao seu alcance, já está a contribuir para um mundo novo.

Como classifica o trabalho da Misericórdia da Guarda e o que se poderia melhorar ao nível das várias valências? O que nos distingue de outras instituições?

D.AM: A Santa Casa da Misericórdia da Guarda tem sabido ao longo da sua história responder adequadamente àquilo que a comunidade cristã e a cidade da Guarda têm tido necessidade. É necessário continuar com este trabalho, adaptando-se às novas circunstâncias pelas quais passamos todos. Quando uma instituição sente que está ao serviço do próximo através da prática da caridade cristã, já está a cumprir o objetivo para a qual foi criada.

Que a as Obras de Misericórdia – corporais e espirituais – continuem a ser o horizonte da Misericórdia da Guarda.



Reflexão | A Capelania da Misericórdia

P. Manuel Pereira de Matos

A transmissão da fé aos pequeninos



Tem a virtude da misericórdia muitas vertentes ou expressões. De modo semelhante, e até como consequência, tem a instituição que são as Misericórdias muitas valências. É o que exemplarmente acontece com a Santa Casa da Misericórdia da Guarda, como sabemos.

Não é minha intenção, com as breves palavras que seguem, falar das referidas valências, mas apenas de uma delas, que

são os Jardins de Infância. E, no que a estas diz respeito, desejo simplesmente abordar o tema dos inícios da educação da fé dos pequeninos que frequentam estes promissores Jardins.

Os alvares da formação humana e cristã precisam de ser cuidados com muito amor desvelado carinho e alegre esperança no futuro. Na verdade, o que futuramente há-de ser a nossa sociedade depende da formação que hoje dermos às novas gerações. Isto, que é válido para todos os aspetos da educação e da formação, aplica-se de modo especial à formação da fé. É por isso que nestas breves palavras escritas quero deixar uma chamada de atenção, um alerta, para o trabalho que a nossa Santa Casa da Misericórdia vai desenvolvendo, no sentido de introduzirmos nos referidos espaços educativos alguma iniciação à formação na fé, na educação cristã dos

pequeninos. Perguntar-se-á: e quem faz isso? Naturalmente que os educadores e educadoras, sendo cristãos (como geralmente o são entre nós), poderão dar uma ajudinha neste campo, uma vez incentivados a fazê-lo. E o incentivo virá das próprias orientações, superiormente emanadas da Instituição, de acordo com a sua natureza específica e na prossecução das suas finalidades. Mas poderíamos também pensar noutras colaborações, no âmbito do voluntariado catequístico, em momentos expressamente destinados a essa formação doutrinal. Lançamos também o desafio aos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, para alguma participação neste trabalho de índole apostólica, o qual terá naturalmente a coordenação da Capelania, com o superior apoio da Mesa Administrativa, em tudo empenhada no melhor desempenho da missão que à Santa Casa corresponde.

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

INSCRIÇÕES ABERTAS

Santa Casa da Misericórdia da Guarda
 Rua Dr. Francisco dos Prazeres, n.º 7
 6300-690 Guarda Telef: 271 232 300

Mensalidades: de 50€ a 140€
Horário: das 8h00 às 19h00
***Actividades Extra:**
 - Música
 - Desenvolvimento Físico
 *sujeito a número de inscrições

Inscrições: Rua Francisco dos Prazeres nº 7 · 6300-690 Guarda · Telef. 271 232 300

Ainda as Comemorações

Momentos da visita de Sua Excelência o Presidente da República



O Provedor, cumprimentando sua Ex.ª o Presidente da República - Largo João de Almeida



Visita ao interior da Igreja da Misericórdia



Performance do Ensemble de Clarinetes do Conservatório da Misericórdia - rua do comércio



Performance do Quinteto de Sopros do Conservatório de Música



Crianças da creche e jardim de infância da Santa Casa da Misericórdia



Coro Bomtempo do Conservatório - Sessão Solene no Teatro Municipal da Guarda



clifig
clínica fisiátrica da guarda

Medicina Física e de Reabilitação

Dr. Francisco Tavares

Neurologia

Prof. Dra. Assunção Vaz Patto

Ortopedia

Dr. José João Garcia Pires

Pneumologia

Dr. José Manuel Silva

Fisioterapia

Terapia da Fala

Ondas de Choque

Electromiografia

Prova de Sono

ACORDOS

**ADSE | SNS | SAMS | Future Healthcare
RNA / Servimed | ACP**

Desconto de 20% em Medicina Física e de Reabilitação para os Irmãos da Misericórdia e familiares directos

Rua Pedro Álvares Cabral - Edifício Gulbenkian, s/n, 6300-695 Guarda
(junto à CEDIR e USF "A Ribeirinha") Tel.: 271231397 | Fax.: 302095552 | clifig@clifig.pt